



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI MUNICIPAL Nº 2.945/2.025

Autor: Vereadora: Brasília Aparecida Neves Farias _ Cida Farias

Origem: PL/CM nº 011/25

“Dispõe sobre a substituição de sinais sonoros de alta intensidade por sinais adequados ao público com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Amambai/MS, e dá outras providências”.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA, Prefeito de Amambai, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que em Sessão Ordinária realizada no dia 15/09/25 a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Amambai/MS deverão substituir os sinais sonoros de alta intensidade, como sirenes ou alarmes metálicos, por sinais acústicos adequados, de menor impacto auditivo, com o objetivo de garantir acessibilidade sensorial e inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais condições associadas à hipersensibilidade sonora.

Art. 2º. Os sinais sonoros a serem implantados deverão obedecer aos seguintes critérios:

- I** – Ter volume moderado e ajustável, compatível com o ambiente escolar;
- II** – Ser compostos por sons musicais suaves, toques harmônicos ou melodias simples, de curta duração;
- III** – Ser testados previamente junto à equipe pedagógica e, sempre que possível, com a participação de responsáveis por alunos com TEA;
- IV** – Estar de acordo com diretrizes de acessibilidade e inclusão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Para implementação desta Lei, a Secretaria Municipal de Educação poderá:

- I** – Firmar convênios com instituições especializadas em educação inclusiva e neurodesenvolvimento;
- II** – Promover capacitações e oficinas com gestores escolares e professores sobre ambiente sensorial inclusivo;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
GABINETE DO PREFEITO

III – Disponibilizar orientação técnica e pedagógica para a adequação dos sinais nas escolas.

Art. 4º. A substituição dos sinais deverá ocorrer no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de setembro de 2.025

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA
Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,
Secretário Municipal (SFAZ e SMG)
Publicado no DOM (Assomasul).
Diário nº 3931Pag:001
Em:22/09/25